

O buraco negro



**LUÍS DE GOUVEIA
FERNANDES**
Advogado

Os números do apoio judiciário são assustadores. Tanto para quem paga, o Estado, como para quem recebe, os advogados. Um dia fala-se de 40 milhões de euros, noutro de centenas, sem conhecermos ao certo que necessidades e serviços que este saco de dinheiro pretende cobrir.

Sabemos que a obrigação decorre directamente da Constituição, mas a lei ordinária adoptada

para lhe dar cumprimento não resolve nada, principalmente para os beneficiários, que deveriam ser a principal e quase única preocupação de quem governa, e de todos, em geral.

Com efeito, os cidadãos, que por falta de meios têm de recorrer ao apoio judiciário, recebem um serviço não padronizado, sujeito apenas ao sorteio da nomeação de advogado para cada caso.

Não é só a despesa global, as tais dezenas e centenas de milhões de euros, que recomendam a alteração do regime legal ordinário. O próprio serviço prestado não fornece quaisquer dados sobre o grau de satisfação em relação ao cumprimento da obrigação constitucional. E assim parece que estamos a

gastar verbas com um determinado objectivo, sem se saber se o mesmo é alcançado ou em que termos.

O que se justificaria, em defesa dos cidadãos beneficiários do apoio judiciário e dos advogados

que se empenham na sua defesa, é um sistema concessionado e regionalizado. Não criando defensores públicos, nem advogados funcionários, como alguns defendem, mas antes advogados verdadeiramente independentes

que se dedicariam em exclusivo à defesa dos interesses das pessoas e do princípio geral que a norma constitucional pretende proteger.

Esses advogados, que se organizariam colectivamente, em sociedades ou outras formas de asso-

ciação profissional, exerceriam as suas funções após concurso e concessão dos serviços por determinado período, para determinada região.

Assim se especializariam nas áreas objecto dos serviços exigidos – essencialmente no campo do direito criminal – sem dispersão e seguramente com melhores resultados para os seus “clientes”. Com custos controlados para o Estado, certamente inferiores ao actual buraco negro das oficiosas.

Também se criaria uma nova saída profissional para os advogados, num mercado hoje tão preenchido e de difícil acesso para os recém-licenciados em Direito.

Em suma, todos sairiam a ganhar. Por isso, para quem insistir nesta estafada guerra de quem paga e quando paga aqueles milhões. Nem se percebe como é que a *troika* se esqueceu desta despesa pública.

“
*Os números
do apoio
judiciário são
assustadores”*
